



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

MARCOS ANTONIO MENDES DOS SANTOS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A BASE DO CONHECIMENTO DE PRÁTICA

**GUARABIRA
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES**

MARCOS ANTONIO MENDES DOS SANTOS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A BASE DO CONHECIMENTO DE PRÁTICA

Relatório de Estágio apresentado ao Curso
História do Centro de Humanidades da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado no curso de Licenciatura Plena em
História.

Orientador: Prof. Dra. Simone da Silva
Costa.

**GUARABIRA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da

S237e Santos, Marcos Antonio Mendes dos

Estágio supervisionado: [manuscrito] : a base do conhecimento de prática / Marcos Antonio Mendes dos Santos. - 2017.

35 p.

Digitado.

Relatório de Estágio Supervisionado (Graduação em História)

- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Simone da Silva Costa.,
Departamento de História".

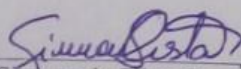
MARCOS ANTONIO MENDES DOS SANTOS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A BASE DO CONHECIMENTO DE PRÁTICA

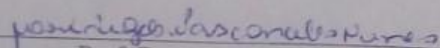
Relatório de Estágio supervisionado apresentado ao Curso História do Centro Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado no curso de Licenciatura Plena em História..

Aprovado em: 11/04/2017

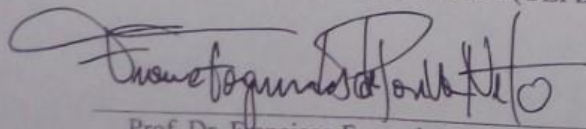
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Simone da Silva Costa. (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Mariângela de V. Nunes.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Primeiramente a Deus, a minha esposa minha filha e meus pais (in memoriam), que de forma direta ou indireta me incentivaram na busca dessa conquista.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu saúde, força e perseverança para concluir mais uma etapa de minha vida acadêmica, que servirá de experiência para minha carreira educacional, pois sem a presença desse Deus maravilhoso, não teria forças para estar aqui realizando mais esta etapa. Em especial a minha mãe, Lucia Mendes dos Santos, ao meu pai Severino Flor dos Santos, e aos meus avós, Antônia Benedita, Antônio Mendes e Maria Flor que mim colocaram no mundo e sempre procurarão mim da o melhor para minha vida,

A minha esposa, Martiliana Costa de Souza e minha filha, Mayana Lucia Costa Mendes, que por tantas noites ficaram em casa aguardando a minha volta da UEPB, e sempre me transmitiram confiança para a conclusão de todos os trabalhos realizados. Em fim, agradeço a todos que me apoiaram e participaram direto ou indiretamente deste processo desafiante e prazeroso que foi e é o estágio.

Aos professores do Curso de graduação em História da UEPB, Campus III em especial, prof. Simone e a saudosa prof. Mariza Tayara, que contribuíram ao longo deste curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos .

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Escreva a sua história na areia da praia,
Para que as ondas a levem através dos 7 mares;
Ate tornar-se lenda na boca de estrelas cadentes.

Conte a sua história ao vento,
Cante aos mares para os muitos marujos;
Cujos olhos são faróis sujos e sem brilho.

Escreva no asfalto com sangue,
Grite bem alto a sua história antes que ela seja varrida
na
Manha seguinte pelos garis.

Abra o peito em direção dos canhões,
Suba nos tanques de Pequim,
Derrube os muros de Berlim,
Destrua as cátedras de Paris.

Defenda a sua palavra,
A vida não vale nada se você não tem uma boa história
pra contar.
(Pedro Bial)

RESUMO

O presente relatório tem por objetivo descrever a minha vida estudantil e as atividades desenvolvidas no estágio supervisionado II-II, realizado como requisito curricular obrigatório do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, (UEPB) – Campus III Guarabira. Sendo este realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Pessoa de Brito na cidade de Araçagi, PB, no período 8 de março à 13 de maio de 2016, em uma turma do 3º ano, do EJA ou ciclo VI.

O relatório foi dividido em quatro tópicos: o primeiro é apresentado uma introdução; no segundo apresenta o memorial acadêmico; no terceiro apresenta as características físicas da escola onde foi realizado o estágio; no quarto é apresentada às atividades desenvolvidas no período de regência e a análise teórica sobre a experiência do estágio supervisionado II-II, abordando o que foi obtido e utilizado durante a experiência do estágio, tendo por base a fundamentação teórica dos seguintes pesquisadores e autores de obras relacionadas com o estágio supervisionado e a importância de sua prática, tais como: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (2013), PIMENTA, Selma G. & LIMA, Maria Socorro L. (2004).

Palavras-chave: Estágio, Conhecimento, Prática.

SUMMARY

This report aims to describe my student life and activities in the supervised internship II-II, conducted as required curriculum requirement course of history at the State University of Paraíba (UEPB) – Campus III Brazil. This being held at State School of elementary and high school Francisco Person on city of Araçagi, PB, 8 March to 13 may 2016, in a class of year 3, the EJA or VI cycle.

The report was divided into four topics: the first is presented an introduction; the second presents the academic memorial; the third presents the physical characteristics of the school where was held the stage; in the room's features to the activities carried out during the period of Regency and theoretical analysis on the supervised internship experience II-II, addressing what has been obtained and used during the internship experience, based on the theoretical foundation of the following researchers and authors of works related to the supervised internship and the importance of your practice, such as: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (2013), PIMENTA, Selma g. & LIMA, Maria Socorro I. (2004).

Keywords: Internship, Knowledge, Practice.

SUMÁRIO

RESUMO

1.INTRODUÇÃO.....	1
2. MEMORIAL	3
3.O CAMPO DE ESTÁGIO: A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO NORMAL FRANCISCO PESSOA DE BRITO.....	5
4. A REGÊNCIA.....	7
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
6. REFERÊNCIAS	12
7.APÊNDICES.....	13

1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado II-II, que se refere à docência no ensino Médio, foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Normal Francisco Pessoa de Brito, em Araçagi, Paraíba, entre os meses de março a maio de 2016. Durante o período do estágio foi possível perceber as questões que envolvem a realidade do cotidiano escolar e as relações entre os seus sujeitos. As dificuldades e possibilidades presentes no ambiente escolar, especificamente no que se refere a disciplina de História no Ensino Médio. Durante os encontros da disciplina Estágio Supervisionado II-II (ESO II-II), sob a orientação da professora Simone Costa, buscou-se refletir sobre a experiência da docência no estágio, no sentido de compreender a relação teoria e prática que envolve a prática docente. As reflexões teóricas abordadas na disciplina E.S.O. II-II contribuíram para uma análise da realidade escolar e apresentar estratégias que viabilizassem a aprendizagem dos alunos.

Circe Bittencourt (2011), em seu livro, *Procedimentos e métodos no ensino de História*, chama a atenção para a necessidade de se explorar vários métodos, propondo uma relação de passado e presente, agregando valores que apreenda a atenção do aluno para determinado fato histórico sem extinguir os métodos tradicionais e trazendo metodologias inovadoras para o ensino de história.

O ensino de História tem-se caracterizado pelo uso do método dedutivo/indutivo, num movimento que parte do geral para o particular ou vice-versa, apresentando de forma inquestionável os conteúdos históricos ordenados do mais próximo ao mais distante, quanto ao espaço, e do mais ao mais próximo, quanto ao tempo. (BITTENCOURT, 2011 p. 230).

A autora ressalta a importância de se diminuir a distância entre o fato histórico e o cotidiano dos alunos, levantando questionamentos que venha inserir os alunos no espaço histórico.

Seguindo essa perspectiva fomentei os meus argumentos de como abordar o tema tratado em sala de aula, portanto era necessário que houvesse uma interação dos alunos para ter uma base do conhecimento prévio dos alunos, pois a turma era composta por alunos entre 18 a 48 anos de idade, onde muitos deles trabalhavam durante o dia e estudavam a noite em uma turma de EJA, para concluir o ensino médio em um período mais curto. Foi onde compreendi a força de vontade de alguns para realiza o sonho de concluir o ensino médio.

Nesse sentido, o papel do licenciando ao chegar na sala de aula, é de ser um produtor de conhecimento para despertar no alunado a curiosidade e atenção com relação à disciplina de História, para um entendimento do seu meio social.

2. Memorial

Meu nome é Marcos Antônio Mendes dos Santos, nasci no dia 27 de julho de 1986, na cidade de Guarabira – Paraíba. Guarabira é uma cidade que polariza diversas cidades do Agreste e do Brejo Paraibano e é conhecida como a Rainha do Brejo ou cidades das Garças Azuis.

Comecei minhas séries iniciais na Escola Municipal Margarida Pessoa Coutinho, no bairro São Sebastião, na cidade de Araçagi-PB, onde estudei até a 4ª série. Eu era um garoto tímido e quieto, que chegava a ter dúvidas e não tinha coragem de perguntar. Mas, mesmo com a timidez era um aluno esforçado tanto que no início da extinta alfabetização já copiava do quadro e recebia elogios das minhas professoras. Nessa escola comecei a ler e escrever e desenvolvi os primeiros rabiscos e conhecimentos sobre a vida escolar.

Após ter concluído as fases do jardim a antiga 4ª série no colégio Margarida Pessoa Coutinho, foi quando a minha mãe me matriculou na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodrigues de Carvalho, onde iniciei a segunda fase do fundamental. Tive muitas dificuldades em me adaptar a outras disciplinas que até então para mim era estranha por serem disciplinas novas, mas busquei me acostumar a essa nova realidade, pois isso faz parte da nossa carreira estudantil.

Na Escola Estadual Francisco Pessoa de Brito, cursei o 1º, 2º e 3º ano do ensino Médio. O primeiro e o segundo ano estudei no período noturno, pois trabalhava durante o dia. No terceiro e último ano do ensino médio cursei no período diurno, pois tinha em mente terminar o ensino médio e prestar vestibular para o curso de direito, e isso exigia uma dedicação quase que exclusiva. Mas no período de inscrição resolvi mudar e optei pelo curso de História da UEPB. No ano de 2007 prestei o meu primeiro vestibular para o processo seletivo 2008, não obtendo êxito no mesmo ano prestei o meu segundo vestibular para o processo 2009, onde fui classificado para segunda chamada.

Quando iniciei o curso de História na UEPB, no segundo semestre de 2009, senti muita dificuldade de adaptação a nova realidade, eram muitas coisas novas. Mas, tive a sorte de estudar com a saudosa professora Mariza Tayra, que me incentivou muito. No entanto, depois de dois meses precisei abandonar para estudar para um concurso. No segundo semestre de 2010, voltei a estudar e fui me apaixonando ainda mais pelo curso, mas parei mais um semestre e voltei. Hoje, anos depois, estou em fase de conclusão.

O curso é maravilhoso e o que fez com que eu me apaixonasse ainda mais por ele foi que no período do estágio eu percebi que ser professor é poder estimular no outro uma visão diferente do meio em que ele vive.

3.O campo de estágio: A Escola Estadual de Ensino Médio Normal Francisco Pessoa de Brito

O estágio supervisionado ocorreu na Escola Estadual de Ensino Médio Normal Francisco Pessoa de Brito, situada na Avenida Olívio Maroja S/N- Bairro São Sebastião, na cidade de Araçagi, Paraíba, na turma de história do 2º ano F noite, no período de 8 de março à 13 de maio de 2016, tendo como concedente uma das professora da disciplina de historia.

A escola dispõe de 8 (oito) salas de aulas e comporta 872 alunos, sendo eles subdivididos nos turnos, manhã, tarde e noite, contando com 330 alunos no total divididos nas turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino Médio no turno da manhã, no período da tarde contando com 150 alunos, sendo que nesse turno é quando funcionam as turmas do Magistério e do ensino regular, e no período da noite tendo 392 alunos sendo divididos em turmas do ensino regular, Magistério e EJA. O quadro de funcionários conta com 72 membros, compostos por 46 professores e os outros 26 estão dividido em secretárias, técnicos administrativos, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, vigias, diretora, vice-diretora e supervisora.

Os alunos são oriundos da zona urbana, rural e de Itapororoca, cidade vizinha, de onde os alunos dessa cidade vêm estudar no Magistério, estando na faixa etária de idade entre 14 a 48 anos, economicamente pertencem a famílias que sobrevivem da agricultura local. Podemos observar que em termos estruturais, a escola dispõe de salas amplas, cadeiras conservadas, secretaria, sala de professores, biblioteca, sala de computação, cantina, auditório, banheiros e acessibilidade para portadores de deficiência.

O projeto político pedagógico da escola busca satisfazer as exigências propostas pelos parâmetros curriculares do município, garantindo igualdade de acesso, permanência e sucesso educacional, sempre acreditado que a função social da escola e a promoção do aluno rumo ao sucesso em sua vida social.

A escola tem por meta ser reflexiva e crítica, objetivando formar cidadãos conscientes e participativos da sociedade que estão inseridos, possibilitando o censo de comunidade e consolidação mútua das propostas políticas e pedagógicas. A Escola Estadual de Ensino Médio Normal Francisco Pessoa de Brito, tem ainda como objetivo o desenvolvimento da capacidade de aprender e socializar os seus alunos com base no que foi aprendido através do domínio da leitura e da escrita buscando a compreensão do ambiente

natural e social tendo por ideal os sistemas políticos, uma formação de consciência familiar vinculada nos laços de solidariedade humana que se apresentam na vida social escolar.

4. A Regência

Estive na escola duas semanas antes de iniciar a regência, observando a estrutura da escola, e conversando com a professora e a direção sobre a realização do estágio naquela instituição.

Ao chegar à sala foi apresentado à turma do 3º ano da EJA do ciclo VI, e tivemos uma conversa bastante proveitosa, pois falei para eles que era aluno da UEPB Campus III Guarabira, do curso de História, e que já tinha sido aluno da professora e estava lá para estagiar e que estava desposto a não só ensinar e sim para aprender com eles. Ao sair da sala foi até a sala dos professores com a professora da Disciplina de História, e ela me falou que a sala era bem participativa, formada por alunos de uma faixa de idade entre dezoito e quarenta e oito anos, mas tinha um problema que não tinha chegado o livro didático. Após conversa, a professora propôs como tema da primeira aula do estágio, *A Independência Política do Brasil*.

Percebendo que a maioria dos alunos tinha acesso a computadores e a internet, seja em casa ou nas lan houses, e também pelos celulares, pedi que os mesmos pesquisassem alguma coisa a respeito para que pudéssemos discutir no início do estágio. Os alunos ficaram bem entusiasmados com a proposta apresentada.

No primeiro dia de estágio comecei entregando apostilas que eu elaborei para eles, pois a turma ainda não tinha livro didático e iniciamos a aula sobre, *A independência Política do Brasil*, durante a aula foi apresentado e analisado os aspectos históricos que contribuíram para o processo de Independência, conhecendo os principais responsáveis pelo o processo da independência política brasileira, buscando estabelecer entre o processo com os dias atuais, apontando principalmente as características de como a elites nesse período influenciou esse processo e como hoje é feita essa influência dentro da nossa política.

Seja por timidez ou não, os alunos não fizeram perguntas, e quando estimulei o questionamento, eles mostraram curiosidade e também um prévio conhecimento sobre o assunto, falaram sobre as articulações políticas que tinham presenciado no processo das eleições que tinham acabado de presenciar, até como a política local se articulava para determinado candidato.

Para a aula seguinte discutimos as manobras feitas por D. Pedro I, para por fim às inúmeras discórdias, tanto por parte da população quanto por parte dos políticos brasileiros, principalmente nas províncias de Minas e São Paulo, que já respirava um ar de uma província politicamente independente. A independência política foi apresentada como sendo um ato das

elites que não queriam perder a liberdade de um comércio externo, que tinha sido adquirido com a vinda da família para o Brasil e que estava sendo ameaçado com ideias recolonizadoras. Os alunos interagiram fazendo perguntas e problematizando sobre o tema. Após debate em sala de aula os alunos responderam uma atividade sobre a aula como forma de avaliar a aprendizagem sobre o tema.

Diante de todas essas observações advindas com a experiência do estágio supervisionado, percebi que o ato de ensinar história necessita de métodos que possam despertar a curiosidade do aluno, com isso certamente podemos mudar a visão dos alunos, com relação a disciplina de história.

O ensino da disciplina de História possui um papel educativo, informativo, cultural e político, sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produções de saberes histórico. Desse modo, no atual debate da área, fica evidente a preocupação em localizar questões problematizadoras que remetam a uma compreensão do presente tendo por base narrativa do passado em busca de um diálogo crítico com e entre a diversidade de sujeitos, tempos, lugares e culturas. Portanto a História ensinada pelos professores deve evidenciar questionamentos para uma melhor compreensão do espaço social onde o ser esta envolvido.

Flávia Eloisa Caimi (2006), em seu artigo, *Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História*, defende a diversidade metodológica, objetivando uma relação entre passado e presente, agregando valores que apreenda a atenção do aluno para determinado fato histórico. Afirma que o professor não pode assumir o papel de um simples técnico, reproduzindo conhecimentos, mas um profissional capaz de inovar, as suas praticas metodológicas, interagindo com seus pares, dialogando com a produção teórica e metodológica inserido ao seu campo de conhecimento e, sobretudo, ser um produtor de conhecimentos sobre a disciplina de História.

Desse modo, o ensino de História deveria promover a aprendizagem significativa e a formação crítica-reflexiva do estudante, favorecendo dessa forma, a oportunidade de poderem relacionar os conhecimentos adquiridos em sala de aula com questões relacionadas ao seu dia a dia. Dar ênfase à perspectiva de uma “representação social”, aos conteúdos de História ministrados, parece ser uma boa saída para aumentar o nível de compreensão de estudantes, fazendo com que os mesmos levantem o seu senso crítico quanto sujeito de uma sociedade Histórica. Para tanto, a professora Circe Bittencourt (2011) defende o método dialético.

O método dialético corresponde a um esforço para o progresso do conhecimento que surge no confronto de teses opostas: o pró e o contra, o sim e o não, a afirmação e a negação. O confronto das teses opostas possibilita a elaboração da crítica. Esse método pretende chegar ao conhecimento de determinado objetivo ou fenômeno defrontando teses contrárias, divergentes... (BITTENCOURT, 2011 p. 231)

As aulas de História podem ser ministradas na perspectiva do “método dialético”, pois dessa forma, favorece aos estudantes uma melhor aprendizagem acerca do referido conteúdo, além de poder torná-los capazes de tomar decisões e exercerem suas cidadanias de forma consciente colocando sempre o lado crítico a respeito de determinadas decisões. Com isto, tem-se discutido várias propostas para que o currículo do ensino de História seja voltado para essa formação crítico-reflexiva do estudante em sociedade. Com um mundo cada dia mais desenvolvido, faz-se necessário, não só no ensino de História, mas, como em todas as outras disciplinas, formar um cidadão crítico e ativo.

As culturas escolares, dotadas de especificidades, mantem laços, diálogos permanentes com outros espaços culturais, desde a formação dos professores nas universidades, passando pela produção erudita continuada (artigos, livros, exposições) e pela divulgação (livros didáticos, cursos) elaborada a partir desses mesmos espaços. (SILVA e FONSECA, 2010, p14).

Diante de todas essas observações advindas com a experiência de estágio supervisionado e de outras disciplinas abordada no período em que cursei História, percebo que o ato de ensinar a disciplina de história, necessita de mudanças que possam superar o ensino tradicional, buscando um diálogo com outras disciplinas, certamente não podemos mudar os alunos, mas podemos mudar o nosso modo de ensina-los.

5.Considerações finais

No período de estágio observei o quanto à interação e as experiências construídas em sala de aula são importantes para o aprendizado do aluno e aperfeiçoamento do professor. Mas,

Sem dúvida o seu tratamento no início da aula contribui para a uma melhor definição das ações pelo docente. No início dos trabalhos, momento em que o docente apresenta o tema da aula aos alunos, inicia-se uma série de questionamentos a fim de verificar o que os alunos sabem sobre o assunto, seja em forma de opiniões, ideias fragmentadas ou sedimentadas, parte delas apresentada muitas vezes sob a forma de hipóteses e mesmo de dúvidas. (AZEVEDO, 2013, p.16).

Nesse sentido, compreendo o estágio como não sendo uma conta exata e invariável de resultados fielmente confiável, mas sim algo que o futuro educador através de seus métodos e práticas educacionais, deve estar em constantes diálogos buscando o elo com seu tempo.

Foi muito gratificante e proveitoso os momentos em que estive na sala, ora como aluno ora sentindo-me professor, onde pude analisar como é importante o trabalho do professor para formação de uma sociedade, algo que me possibilitou conhecer diferentes características e diferentes métodos em levar a desenvolver a curiosidade e o conhecimento do alunado.

Durante esse período tive oportunidade de ter uma visão de como se planeja uma aula e como se coloca planos e metas em ação dentro de um cronograma. Foi proveitoso também o momento da observação porque tive informações detalhadas sobre aspectos socioeconômicos culturais do aluno em seu contato escolar, podendo compreender algumas dificuldades de aprendizagem.

No decorrer do estágio tive que aprender e me adequar à tarefa de ser educador, buscando compreender que ela deve ser considerada como um processo para o desenvolvimento humano, pois é uma atividade delicada que exige como princípio, amor desprendimento, firmeza, paciência e decisão.

O educador deve estar ciente de que estar em suas mãos a formação de muitos adolescentes. Diante das dificuldades e de um significativo melhoramento que a educação tem passado, vem surgindo uma construção de um conhecimento dinâmico e motivador, tornando-se um desafio cada vez maior no que diz respeito ao ensino de história. Uma das pergunta que

surge entre os alunos é: “Para que estudar história?” está pergunta surge devido a métodos tradicionais que se atem apenas em expor o conteúdo e não relacionado os fatos históricos com a realidade do aluno, que se choca com a realidade do ensino fundamental e médio em um contexto de expansão digital de fácil acesso. Em meio a essas dificuldades na estrutura educacional vigente é preciso encontrar novos caminhos na tentativa de elaborar propostas que articulam questões atuais a conteúdos significativos, para um despertar do gosto dos alunos, pelo aspecto histórico e para uma compreensão do presente.

6.REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos/ Circe Maria Fernandes Bittencourt _ 4. ed _ São Paulo: Cortez, 2011_ (Coleção docência em formação. Serie ensino fundamental / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Planejamento docente na aula de história: princípios e procedimentos teórico-metodológicos. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 14 (jan. – jun. 2013), Feira de Santana – BA (Brasil), jun./2013. p. 3-28. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: DIA mês ANO.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Marcos Antônio da, FONSECA, Selva Guimarães: Dossiê: História, educação e interdisciplinaridade. Rev. Bras. Hist. Vol.30 n.60 São Paulo 2010.

Sites pesquisados:

<http://www.brasilecola.com/historiab/independencia-brasil.htm> Acesso: 10/03/2016 Às 19:50hs.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_do_Brasil Acesso:11/03/2016. Às 19:41hs.

<http://www.suapesquisa.com/independencia/> Acesso: 11/03/2016. Às 19:55hs.

www.google.com.br (imagens) Acesso:12/03/2016. Às 20:16hs.

APÊNDICE

E.E.E.M.N. Francisco Pessoa de Brito.

Cidade: Araçagi, Paraíba.

Estagiário: Marcos Antonio Mendes dos Santos.

Plano de aula:

Tema : Independência Política do Brasil

Objetivos específicos: Apresentar as principais manobras política usada no período da proclamação da república e mostrar quais as práticas que foram deixadas e que são utilizadas até os dias atuais pelos políticos brasileiros. Proporcionando reflexões e discussões, com o aluno, em um panorama histórico em torno da independência política do Brasil.

Questões norteadoras: Formação das práticas Políticas no Brasil.

Conteúdo: O Processo Formação da Independência Política do Brasil.

A Partida da Família Real;

As Divergências;

O “Fico” e o “Cumpra-se”;

A Declaração de Independência;

A Guerra da Independência.

Contextualização: livro didático e apostila preparada através de pesquisa.

Procedimento Metodológicos: No primeiro momento será aberta a discussão sobre o tema com os alunos, a fim de que eles exponham suas ideias sobre a exposição do tema através de imagens e textos sobre assuntos, discutidos e provocando no aluno a curiosidade de saber mais a fundo o como se deu esse processo através de questionamento e sempre relacionando os fatos históricos com os dias atuais. Será sugerido que a turma se divida em dois grupos e respondam um questionário e após criem um tema para descrever o processo de independência política do Brasil e apresentem a turma em exposição.

Recursos didáticos: Texto entregue em sala, Internet.

Avaliação: Os educando serão avaliados de acordo com seu interesse em participar e colaborar nas atividades propostas. De acordo com os conhecimentos adquiridos no decorrer das aulas e se eles tiverem alguma assimilação dos objetivos propostos com a construção desses conhecimentos. Através da observação no decorrer das atividades com o intuito de verificar a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.

Atividade de aula: Debate sobre o tema abordado e questionário para ser exposto as ideias sobre o tema.

Atividade de casa: questão para responde a partir do debate em sala.

Sugestões de leituras para aprofundamento do tema:

<http://www.historiadobrasil.net/independencia>

<http://www.oblogdomestre.com.br/2012/08/independencia-politica-brasileira.html>

<https://www.youtube.com/watch?v=17evXqIZ7oI>

APOSTILA

INDEPENDÊNCIA POLITICA DO BRASIL

A Independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. Muitas tentativas anteriores ocorreram e muitas pessoas morreram na luta por este ideal. Podemos citar o caso mais conhecido: Tiradentes. Foi executado pela coroa portuguesa por defender a liberdade de nosso país, durante o processo da Inconfidência Mineira.

A independência do Brasil, enquanto processo histórico, desenhou-se muito tempo antes do príncipe regente Dom Pedro I proclamar o fim dos nossos laços coloniais às margens do rio Ipiranga. De fato, para entendermos como o Brasil se tornou uma nação independente, devemos perceber como as transformações políticas, econômicas e sociais inauguradas com a chegada da família da Corte Lusitana ao país abriram espaço para a possibilidade da independência.

A PARTIDA DA FAMÍLIA REAL



Pedro I do Brasil retratado por Simplício Rodrigues de Sá.

Pressionado pelo triunfo da revolução constitucionalista, o soberano retornou com a família real para Portugal, deixando como príncipe regente no Brasil o seu primogênito, D. Pedro de Alcântara.

AS DIVERGÊNCIAS

Não se pode compreender o processo de independência sem pensar no projeto recolonizador das Cortes portuguesas, a verdadeira origem da definição dos diversos grupos no Brasil. Embora o rompimento político com Portugal fosse o desejo da maioria dos brasileiros, havia muitas divergências. No movimento emancipacionista havia grupos sociais distintos: a aristocracia rural do Sudeste brasileiro, as camadas populares urbanas liberais radicais, e, por fim, a aristocracia rural do Norte e Nordeste, que defendiam o federalismo e até o separatismo.

A aristocracia rural do Sudeste, a mais poderosa, era conservadora, lutando pela independência, defendendo a unidade territorial, a escravidão e seus privilégios de classe. Os liberais radicais queriam a independência e a democratização da sociedade, mas seus chefes, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, permaneceram atrelados à aristocracia rural, sem revelar vocação revolucionária. A aristocracia rural do norte e nordeste enfrentava a forte resistência dos comerciantes e militares portugueses, fortes no Pará, Maranhão e Bahia. Além disso, desconfiavam da política centralizadora de José Bonifácio.

O partido português no Brasil chamado por vezes de "os pés de chumbo", estava do lado das Cortes; o partido brasileiro e os liberais radicais eram contra elas, mas divergiam quanto aos objetivos. Para o partido brasileiro, o ideal era a criação de uma monarquia dual (Brasil e Portugal) para preservar a autonomia administrativa e a liberdade de comércio. Mas a intransigência das Cortes Portuguesas, que nada tinham de liberais, fez o partido inclinar-se pela emancipação, sem alterar a ordem social vigente e os seus privilégios adquiridos. Já os liberais radicais formavam um agrupamento quase revolucionário, bem próximo das camadas populares urbanas, sendo alguns de seus membros republicanos. No conjunto, tratava-se do grupo mais receptivo às mudanças mais profundas e democráticas da sociedade.

A concretização das aspirações de cada um desses agrupamentos era distinta. Os grandes proprietários rurais ligados ao partido brasileiro dispunham dos meios efetivos para a realização de seus objetivos. O anseio por um comércio livre de entraves mercantilistas encontrava apoio em forças internacionais, lideradas pela burguesia britânica. A sólida base econômica e social escravista garantia ainda os recursos materiais para resistir com êxito à provável ameaça recolonizadora de Lisboa.

Na disputa contra os conservadores, os radicais cometeram o erro de reduzir a questão à luta pela influência sobre o Príncipe Regente. Era inevitável que este preferisse os conservadores. Ademais, os conservadores encontraram em José Bonifácio de Andrada e Silva um líder bem preparado para dar à independência a forma que convinha às camadas dominantes.

O "FICO" E O "CUMPRA-SE"



José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

A situação do Brasil permaneceu indefinida durante o ano de 1821. Em 9 de dezembro, chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes que determinavam a abolição da Regência e o imediato retorno de D. Pedro de Alcântara a Portugal, a obediência das províncias a Lisboa (e não mais ao Rio de Janeiro), a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro. O Príncipe Regente começou a fazer os preparativos para o seu regresso, mas estava instaurada uma enorme inquietação. O partido brasileiro ficou alarmado com a recolonização e com a possibilidade de uma explosão revolucionária. A nova conjuntura favoreceu a polarização: de um lado o partido português e do outro, o partido brasileiro com os liberais radicais, que passaram a agir pela independência.

Sondado, o Príncipe Regente mostrou-se receptivo. Foram então enviados emissários às províncias de Minas Gerais e de São Paulo para obter a adesão à causa emancipacionista, com resultados positivos.

A decisão do príncipe de desafiar as Cortes decorreu de um amplo movimento, no qual se destacou José Bonifácio. Membro do governo provisório de São Paulo, escrevera em 24 de dezembro de 1821 uma carta a D. Pedro, na qual criticava a decisão das Cortes de Lisboa e chamava a atenção para o papel reservado ao Príncipe na crise. D. Pedro divulgou a carta, publicada na Gazeta do Rio de Janeiro de 8 de janeiro de 1822 com grande repercussão. Dez dias depois, chegou ao Rio uma comitiva paulista, integrada pelo próprio José Bonifácio, para entregar ao Príncipe a representação paulista. No mesmo dia, D. Pedro nomeou José Bonifácio ministro do Reino e dos Estrangeiros, cargo de forte significado simbólico: pela primeira vez na História o cargo era ocupado por um brasileiro.

No Rio de Janeiro também havia sido elaborada uma representação (com coleta de assinaturas) em que se pedia a permanência de D. Pedro de Alcântara no Brasil. O documento foi entregue ao Príncipe em 9 de janeiro de 1822 pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Em resposta, o Príncipe Regente decidiu desobedecer às ordens das Cortes e permanecer no Brasil, pronunciando a célebre frase "Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Digam ao povo que fico!". O episódio tornou-se conhecido como "Dia do Fico".

D. Pedro ganhou forte apoio popular com a decisão do "Fico". Para resistir às ameaças de recolonização foi decretada, em 16 de fevereiro de 1822, a convocação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Teoricamente, este órgão tinha por finalidade auxiliar o Príncipe mas, na prática, tratava-se de uma manobra dos conservadores, liderados por José Bonifácio, contra os radicais, representados por Joaquim Gonçalves Ledo, um funcionário público para quem a preservação da unidade político-territorial do Brasil deveria ser feita convocando-se uma Assembleia Constituinte eleita pelo povo. A finalidade do Conselho era, na prática, a de manter a unidade sob controle do poder central e dos conservadores.



Dona Maria Leopoldina, como regente do Reino do Brasil, preside a reunião do Conselho em 2 de setembro de 1822.

Em maio, a cisão entre D. Pedro e as Cortes aprofundou-se: o Regente determinou que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o "Cumpra-se" assinado por ele, o que equivalia a conferir plena soberania ao Brasil. A medida teve imediato apoio: quando dos festejos pelo aniversário de João VI de Portugal, a 13 de maio, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro pediu ao Príncipe Regente que aceitasse para si e para seus descendentes o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

Neste contexto, houve uma investida militar da Divisão Auxiliadora, unidade de linha do Exército Português estacionada na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do Tenente-general Jorge de Avilez, que acabou sendo expulso do Brasil com as suas tropas, após ter se confrontado com as tropas da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (embrião da atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), leais a D. Pedro.

Os liberais radicais mantinham-se ativos: por iniciativa de Gonçalves Ledo, uma representação foi dirigida a D. Pedro para expor a conveniência de se convocar uma Assembleia Constituinte. O Príncipe decretou a convocação em 13 de junho de 1822. A pressão popular levaria a convocação adiante, dando continuidade ao processo.

José Bonifácio resistiu à ideia de convocar a Constituinte, mas foi obrigado a aceitá-la. Procurou descaracterizá-la, propondo a eleição indireta, que acabou prevalecendo contra a vontade dos liberais radicais, que defendiam a eleição direta. Embora os conservadores tenham obtido o controle da situação e o texto da convocação da Constituinte apresentasse declarações favoráveis à permanência da união entre Brasil e Portugal, as Cortes de Lisboa insistiam: o Príncipe Regente deveria retornar imediatamente.

A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA



Independência do Brasil: óleo sobre tela por François-René Moreaux(Museu Imperial de Petrópolis). Foi executado em 1844, a pedido do Senado Imperial.

No final de agosto de 1822, D. Pedro deslocou-se à província de São Paulo para acalmar a situação depois de uma rebelião contra José Bonifácio. Apesar de ter servido de instrumento dos interesses da aristocracia rural, à qual convinha a solução monárquica para a independência, não se deve desprezar os seus próprios interesses. O Príncipe tinha formação absolutista e por isso se opusera à Revolução do Porto, de caráter liberal. Da mesma forma, a política recolonizadora das Cortes desagradou à opinião pública brasileira. E foi nisso que se baseou a aliança entre D. Pedro e o "partido brasileiro". Assim, embora a independência do Brasil possa ser vista, objetivamente, como obra da aristocracia rural, é preciso considerar que teve início como compromisso entre o conservadorismo da aristocracia rural e o absolutismo do Príncipe.



Monumento à independência, no Parque da Independência, em São Paulo, o local onde foi proclamada a independência do Brasil.

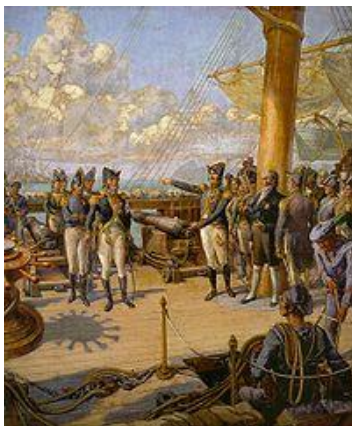
Em 7 de setembro, ao voltar de Santos, parado às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro recebeu uma carta com ordens de seu pai para que voltasse para Portugal, se submetendo ao rei e às Cortes. Vieram juntas outras duas cartas, uma de José Bonifácio, que aconselhava D. Pedro a romper com Portugal, e a outra da esposa, Maria Leopoldina de Áustria, apoiando a decisão do ministro e advertindo: "O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece".

Impelido pelas circunstâncias, D. Pedro pronunciou a famosa frase "Independência ou Morte!", rompendo os laços de união política com Portugal.

Culminando o longo processo da emancipação, a 12 de outubro de 1822, o Príncipe foi aclamado Imperador com o título de D. Pedro I, sendo coroado em 1 de dezembro na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na então capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Guerra da independência do Brasil



Príncipe Pedro (direita) ordena o oficial português Jorge Avilez (esquerda) retornar a Portugal após sua rebelião malsucedida. José Bonifácio (em roupas civis) pode ser visto ao lado do príncipe.

Consolidado o processo na região Sudeste do Brasil, a independência das demais regiões da América Portuguesa foi conquistada com relativa rapidez. Contribuiu para isso o apoio diplomático e financeiro da Grã-Bretanha. Sem um Exército e sem uma Marinha de Guerra, tornou-se necessário recrutar mercenários e oficiais estrangeiros para comandá-los, do mesmo modo que adquirir meios.

Desse modo, foi sufocada a resistência portuguesa na província da Bahia, na do Maranhão, na do Piauí e na do Pará.

O processo militar estava concluído já em 1823, restando encaminhar a negociação diplomática do reconhecimento da independência com as monarquias europeias.

CONSEQUÊNCIAS



Bandeira do Império do Brasil durante o Primeiro Reinado.

À semelhança do processo de independência de outros países latino-americanos, o de independência do Brasil preservou o status quo das elites agroexportadoras, que conservaram e ampliaram os seus privilégios políticos, econômicos e sociais.

Ao contrário do ideário do Iluminismo, e do que desejava, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva, a escravidão foi mantida, assim como os latifúndios, a

produção de gêneros primários voltadas para as exportações e os modelos de governo monárquicos.

O Brasil negociou com a Grã-Bretanha e aceitou pagar indenizações de 2 milhões de libras esterlinas a Portugal num acordo conhecido como Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal. A Grã-Bretanha saiu lucrando, tendo início o endividamento externo do Brasil. Quando D. João VI retornou a Lisboa, por ordem das Cortes, levou todo o dinheiro que podia — calcula-se que 50 milhões de cruzados, apesar de ter deixado no Brasil a sua prataria e a enorme biblioteca, com obras raras que compõem hoje o acervo da Biblioteca Nacional. Em consequência da leva deste dinheiro para Portugal, o Banco do Brasil, fundado por D. João ainda 1808, veio a falir em 1829.

REFERENCIAS:

<http://www.brasilecola.com/historiab/independencia-brasil.htm> 10/03/2014 19:50

http://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_do_Brasil 11/03/2014. 19:41

<http://www.suapesquisa.com/independencia/> 11/03/2014. 19:55

Atividade:

- 1) Diante de todo assunto visto em sala e com base no texto, analisem esta imagem e fale como se deu a Independência do Brasil.



Independência do Brasil: processo histórico culminado com a proclamação de Dom Pedro I.

FOTOS:

